

Atualidade econômica

Economia Brasil

Expansão do crédito inibe a retomada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não haverá retomada do crescimento da economia brasileira por meio da expansão de crédito, mas na medida em que houver redução do processo inflacionário. Esse foi o consenso a que chegaram, ontem, a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e os ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Delfim Netto, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, em reunião no Palácio do Planalto.

Portanto, a política monetária estará onde sempre esteve, arrochada a uma expansão de 100%, porque a expansão de apenas 50% no ano não passou do primeiro semestre. E para combater a inflação, a principal medida a ser adotada a curto prazo será a liberação segura das importações, porque o governo pretende atacar três frentes: aumenta a oferta de bens e serviços na economia, reduz os custos e beneficia a política monetária, na medida em que um montante "modesto" de reservas cambiais será utilizado. Essa medida, porém, está condicionada à salvaguarda da indústria nacional e à manutenção de um nível satisfatório de reservas.

INDEXAÇÃO

O principal tema da reunião entre a cúpula da economia brasileira e os funcionários do FMI foi mesmo a inflação. Disse um funcionário brasileiro que participou do encontro que o FMI reconheceu que a inflação se mantém elevada por causa da total indexação da economia brasileira. Ou seja, a indexação é um mecanismo que realimenta o processo inflacionário. Ainda assim, o FMI manifestou preocupação com o elevado índice de 217%. As autoridades brasileiras reiteraram que as medidas adotadas estão no caminho correto, e apenas os efeitos é que estão demonstrando. Segundo o assessor, não se discutiu a forma de desindexar a economia e, portanto, eliminar o problema de manutenção da inflação em patamares elevados. Ele esclareceu que para desindexar tudo — dívida pública, câmbio, salário, aluguel etc. — o governo não tem uma fórmula pronta e acabada.

Reconheceram as autoridades brasileiras que a inflação elevada foi o preço do êxito do ajustamento externo. Ou seja, para reduzir a depen-



Arquivo

Galvêas e Pastore concordaram com os técnicos do FMI

dência de recursos externos e diminuir o crescimento da dívida, o Brasil tornou prioritário conseguir saldos comerciais elevados, a fim de acumular reservas. Hoje, essas reservas estão em bom nível, o que faz com que as autoridades insistam em dizer que "uma negociação sem reservas e outra com reservas são bem diferentes". Portanto, o Brasil não espera grandes resistências do FMI às suas novas intenções.

Na avaliação geral do comportamento da economia brasileira no primeiro semestre, considerando que a economia mundial continua em crise e que o País vive um processo de mudança política, o FMI considerou o bom. O governo teria adotado medidas corretas, tais como redução gradual do subsídio via crédito. Outra medida apontada foi a reforma financeira, feita gradualmente e que estaria agora em "passos finais".

Agora, a missão do FMI voltará a discutir a política monetária com o Banco Central, porque "passamos no teste" em termos de crédito interno líquido e déficit público, afirmou um assessor brasileiro. No entanto, talvez na próxima semana se realize outro encontro com a cúpula econômica brasileira, para se preparar nova carta de intenções, a sexta desde que começou a execução do programa de ajuste.

Não se chegou a fixar em que nível a inflação ficará ao final do ano, e sequer teriam sido discutidas as

expectativas até dezembro, segundo o assessor. O certo é que tanto o FMI quanto o governo estão preocupados com o elevado índice de mais de 200% e, principalmente, convencidos de que o crescimento da economia brasileira só se dará com a queda da inflação e não com a amenização do arrocho monetário.

REVISÃO TARIFÁRIA

Até o final do ano, o governo brasileiro anunciará a revisão tarifária acertada com o FMI. A explicação do assessor brasileiro é que o sistema de tarifas que vigora hoje foi imposto com o País em crise de balanço de pagamentos, sendo adotadas medidas tais como sobretaxas, mais procedimentos aduaneiros, suspensão de importação de uma lista de produtos, exigência de prazo para compra externa, exigência de exame de similaridade, mesmo quando não há incentivo fiscal. Tudo isso será modificado.

BNH

Na conversa no Palácio do Planalto, a missão do FMI reiterou que considera "interessante" a fórmula encontrada pelo Banco Nacional da Habitação, a qual permitirá reduzir em 25% a prestação da casa própria. Só essa palavra, segundo comentário de um técnico, já significa pleno aval para a adoção da medida. Contraditoriamente, porém, ela implicará subsídios, que são questionados pela política ortodoxa do próprio FMI.